

**TRABALHO IMATERIAL, COMPARTILHAMENTO DE
INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO COLABORATIVA NA
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.**
*IMMATERIAL LABOUR, INFORMATION SHARING AND
COLLABORATIVE PRODUCTION IN INFORMATION SOCIETY*

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima - clovis.mlima@uol.com.br
Professor-adjunto do Departamento de Ciência da Informação da
Universidade Federal de Santa Catarina
Doutor em Ciência da Informação pelo IBICT/ECO/UFRJ
Doutor em Administração pela EAESP/FGV
Rose Marie Santini - mariesantini@gmail.com
Mestre em Comunicação pela UERJ
Doutoranda em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF e
Doutoranda em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ

Resumo

Neste trabalho são revistos, organizados e discutidos conceitos e estratégias em torno das formas colaborativas de produção na sociedade da informação, particularmente aqueles relacionados com o trabalho imaterial e o compartilhamento de informação. O capitalismo no seu modo de desenvolvimento informacional produz mudanças nas relações entre as formas sociais de produção e as tecnologias de informação e comunicação. A produção capitalista atual centraliza os bens imateriais – a informação em primeiro lugar. O compartilhamento de informação é parte de processo de produção e, ao mesmo tempo, o seu principal produto. O compartilhamento possibilita a construção de modos de organização inteligentes e solidários, e modos de produção “não-capitalistas”. O compartilhamento produz o comum, em comum. Cria-se uma densa esfera do comum, base para uma recriação incessante. Conclui-se que as formas colaborativas de produção são particularmente importantes para que se singularizem as subjetividades e se produzam modos autônomos de vida.

Palavras-chave: Sociedade da informação. Trabalho imaterial. Compartilhamento de informação. Produção colaborativa.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado parcial de investigações que estão sendo desenvolvidas por seus autores. Uma das pesquisas relaciona informação, processos de produção e disseminação de produtos culturais. Outra trabalha especialmente com as relações entre organização da informação e promoção da diversidade cultural. Ambas pretendem contribuir para que se possa entender os processos de produção imaterial, particularmente da produção cultural.

Procura-se rever e organizar conceitos e estratégias em torno das formas colaborativas de produção na sociedade da informação, particularmente aqueles relacionados com o trabalho imaterial e com o compartilhamento de informação. A produção econômica capitalista atual centraliza os bens imateriais – a informação em primeiro lugar. O compartilhamento de informação é parte do processo de produção e, ao mesmo tempo, seu principal produto. O conceito de compartilhamento de informação é desenvolvido, principalmente, a partir das relações entre processos de produção e processos de comunicação.

Quer-se destacar a centralidade da informação nos processos de produção econômica e social da sociedade pós-industrial e pós-moderna. A informação também pode funcionar como ferramenta importante de emancipação humana e social. A cooperação e a colaboração no trabalho aparecem como condição e produto das formas atuais de produção econômica. As formas colaborativas de produção parecem conter em si um gigantesco potencial de organização de formas de vida, de trabalho e de linguagem diferentes da modernidade industrial.

O capitalismo no seu modo de desenvolvimento informacional produz mudanças profundas nas formações socio-técnicas, isto é, nas relações atuais entre as formas de organização social e de produção econômica com as tecnologias de informação e comunicação. As novas tecnologias digitais e a Internet não são determinantes exclusivas das formas históricas, mas parecem intervir de modo decisivo nas relações das pessoas consigo, com os outros e com o mundo (CASTELLS, 2001).

O compartilhamento de informações é uma forma privilegiada de interação social, que possibilita a construção de modos de organização inteligentes e generosos, e modos de produção que podem não depender dos interesses mediadores do capitalismo. O compartilhamento de informação pode produzir o comum, em comum. O processo de melhoria contínua a partir do código aberto dos softwares livres é um exemplo de relação social produtiva, na qual a informação e o conhecimento são produzidos, disseminados e usados de modo compartilhado.

A combinação do código aberto com as licenças criativas pode garantir que o processo de produção colaborativa não se interrompa com a apropriação privada dos seus produtos. Cria-se uma densa esfera do comum, base para uma recriação incessante. As formas colaborativas de produção podem, deste modo, derivar da cooperação imanente

ao trabalho imaterial em rede. Estas colaborações são particularmente importantes para que se singularizem as subjetividades e se produzam modos autônomos de vida.

2 TRABALHO IMATERIAL E SUBJETIVIDADE

Castells (2001) afirma que cada modo de desenvolvimento é definido pelo elemento fundamental à promoção da produtividade no processo de produção. No modo de desenvolvimento industrial, o principal indutor de produtividade se encontra na introdução de novas fontes de energia e na capacidade de descentralização do seu uso ao longo dos processos de produção. Na sociedade da informação a fonte de produtividade se encontra nas tecnologias de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos.

A revolução das tecnologias da informação é fundamental para que haja um profundo processo de reestruturação do modo de produção capitalista a partir da década de 1980. Castells (2001) observa que existem atualmente novas formações históricas, sociais e culturais, produzidas no modo de produção capitalista pela mudança do modo de desenvolvimento industrial para o modo de desenvolvimento informacional.

A sociedade da informação se desenvolve através da operação em redes de conteúdos sobre a infra-estrutura digital de conectividade. Miranda (2000) afirma que o fenômeno que melhor caracteriza este funcionamento em rede é a convergência progressiva que ocorre entre produtores, mediadores e usuários em torno de recursos, produtos e serviços de informação. O alcance dos conteúdos é potencialmente universal, resguardadas as barreiras lingüísticas e tecnológicas.

O modo de desenvolvimento informacional modela todas as esferas de comportamento social, inclusive a comunicação de signos. Há íntima conexão entre as forças produtivas, a comunicação e a cultura. As novas tecnologias de informação e comunicação potencializam a formação de redes sociais descentralizadas. As redes têm vantagens extraordinárias como ferramentas de organização, em virtude da sua flexibilidade e adaptabilidade, características essenciais para sobreviver e prosperar no ambiente em rápida mutação, como é o caso nas sociedades atuais (CASTELLS, 2001).

A revolução da comunicação e da informática transforma os processos de trabalho a tal ponto que eles tendem ao modelo das tecnologias de informação e comunicação. Máquinas interativas e cibernéticas tornam-se uma nova prótese integrada a nossos

corpos e mentes, sendo uma lente pela qual são redefinidos corpos e mentes. A antropologia do ciberespaço é, na realidade, um reconhecimento da nova condição humana (HARDT; NEGRI, 2003).

Com a informatização da produção, a heterogeneidade do trabalho concreto tende a ser reduzida, e o trabalhador é cada vez mais afastado do objeto do seu trabalho. O computador se apresenta como a ferramenta universal, ou melhor, como a ferramenta central, pela qual deve passar toda e qualquer atividade. Mediante a informatização da produção, portanto, o trabalho tende à posição de trabalho abstrato (HARDT; NEGRI, 2003).

Se antes, para produzir uma mercadoria, era necessário um certo número de horas de trabalho, ou se para produzir um número maior de mercadorias era necessário um aumento da massa de trabalho, atualmente observa-se, ao contrário, que o aumento de produção nasce da expressão de atividades intelectuais, da força produtiva da inovação científica e, sobretudo, da estreita aplicação da ciência e da tecnologia à elaboração das atividades de transformação da matéria. Esta é uma mudança radical da função do tempo produtivo e do tempo histórico (NEGRI, 2003).

O conceito de trabalho imaterial é desenvolvido por Lazzarato e Negri (2001), a partir da década de 1990, nas suas análises do desenvolvimento da sociedade pós-industrial. Os autores afirmam que as condições do desenvolvimento da sociedade pós-industrial são: 1) o trabalho se transforma integralmente em trabalho imaterial e a força de trabalho em “intelectualidade de massa” (os dois aspectos que Marx chama de *General Intellect*) e 2) a “intelectualidade de massa” pode se transformar em sujeito social e politicamente hegemônico.

A categoria clássica do trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial. Dentro desta atividade, é sempre mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre. Em um tempo de vida global, é quase impossível distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer. Quando o trabalho se transforma em trabalho imaterial e o trabalho imaterial é reconhecido como base fundamental da produção este processo não investe somente a produção, mas a forma inteira do ciclo “reprodução-consumo”: o trabalho imaterial não se reproduz na forma de exploração, mas na forma de reprodução da subjetividade (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

Hardt e Negri (2003) definem como trabalho imaterial àquele que produz um bem imaterial – informação, serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação. Nas formas de trabalho imaterial, a cooperação é totalmente inerente ao trabalho. O aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como em formas anteriores de trabalho. O trabalho imaterial envolve de imediato a interação e a cooperação social.

Na sociedade pós-industrial os sujeitos produtivos se constituem, como tendência, primeiro e de modo independente da atividade empreendedora capitalista. A cooperação social do trabalho manifesta uma independência frente a qual a função empreendedora se adapta, ao invés de ser a fonte e a organização. Esta função empreendedora do capital, em vez de constituir uma premissa, deve reconhecer a articulação independente da cooperação social do trabalho, e adaptar-se a ela (LAZZARATO; NEGRI, 2001).

A cooperação no trabalho imaterial põe em questão a noção segundo a qual a força de trabalho é concebida como “capital variável”, isto é, uma força ativada e tornada coerente apenas pelo capital. Os poderes cooperativos da força de trabalho dão ao trabalho a possibilidade de produzir seu próprio valor. Corpos e cérebros ainda precisam de outros para produzir valor, mas os outros de que eles necessitam não são fornecidos obrigatoriamente pelo capital ou por sua capacidade de organizar a produção. A riqueza e a criação tomam a forma de interatividade cooperativa de redes lingüísticas, de comunicação e afetivas. Na expressão de suas próprias energias criativas, o trabalho imaterial parece, dessa forma, fornecer o potencial de um comunismo espontâneo e elementar (HARDT; NEGRI, 2003).

O trabalho imaterial pode ser concebido em duas formas fundamentais. A primeira refere-se ao trabalho que é primordialmente intelectual ou lingüístico, como a solução de problemas, as tarefas simbólicas e analíticas e as expressões lingüísticas. Esse tipo de trabalho imaterial produz idéias, símbolos, códigos, textos, formas lingüísticas, imagens e outros produtos semelhantes. A outra forma de trabalho imaterial pode ser chamada de “trabalho afetivo”, que produz ou manipula afetos como a sensação de bem-estar, tranquilidade, satisfação, excitação ou paixão (HARDT; NEGRI, 2005).

O trabalho na produção informacional baseia-se no que pode ser chamado de cooperação abstrata. Este trabalho confere ainda um lugar mais central à comunicação de conhecimento e de informação, mas aqueles que cooperam não precisam estar

presentes num lugar e podem ser relativamente desconhecidos entre si, ou ser conhecidos apenas pelo compartilhamento de informações. Os lugares de produção podem ser desterritorializados e tendem a existência virtual, como coordenadas da rede de comunicação (HARDT; NEGRI, 2003).

A cooperação lingüística é o modelo de produção pós-industrial e pós-moderno – modelo não apenas pelo fato material de que as máquinas funcionam através de linguagens, mas também porque, através da linguagem, emergem formas sempre originais de cooperação entre as pessoas. Não nos encontramos diante de pessoas, mas diante de singularidades que cooperam. Se a cooperação lingüística é a cooperação produtiva, tudo, então, parece estar dentro dessa cooperação (NEGRI, 2003).

Se a comunicação se torna cada vez mais o tecido da produção, e se a cooperação lingüística se torna cada vez mais a estrutura da corporeidade produtiva, então o controle dos sentidos e dos significados lingüísticos e das redes de comunicação constituem uma questão cada vez mais central para a luta política. O conhecimento precisa tornar-se ação lingüística e a filosofia precisa se tornar real re-apropriação do conhecimento. Em outras palavras, conhecimento e comunicação devem constituir a vida mediante luta (HARDT; NEGRI, 2003).

A subjetividade está em circulação nos diferentes espaços sociais: ela é essencialmente social, e assumida e vivida pelas pessoas em suas existências particulares. O modo pelo qual as pessoas vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual a pessoa se submete à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual a pessoa se re-apropria dos componentes de subjetividade, produzindo um processo de singularização (GUATTARI, 1986).

Hardt e Negri (2005) observam que, embora bombardeados pelas mensagens e significados da cultura e dos meios de comunicação, não somos apenas receptores passivos. Estamos constantemente extraindo novos significados do mundo cultural, resistindo às mensagens dominantes e descobrindo novos modos de expressão social. Não nos isolamos do mundo social da cultura dominante, mas tampouco simplesmente concordamos com os poderes. O que fazemos é criar, do interior da cultura dominante, não apenas sub-culturas como também, o que é mais importante, novas redes coletivas de expressão.

Negri (2003) observa que o capital se torna produtivo somente na medida que capta

valores do trabalho social. A função de comando capitalista se organiza como ameaça de bloqueio à informação e como interrupção dos processos cognitivos. Em suma, o capital parasitário é aquele que extrai valor, sobretudo, da interrupção dos movimentos de conhecimento, de cooperação e de linguagem. O capitalismo, para se reproduzir, é obrigado a bloquear os processos sociais de produção toda vez que apresentam excedente no que concerne ao seu comando.

Hardt e Negri (2005) comentam que, como o conhecimento se identifica com a produção, não deve surpreender que as potências econômicas apliquem suas marcas de propriedade às manifestações do conhecimento e submetam a produção do conhecimento e da informação às regras da maximização e da acumulação privada das riquezas. Trata-se de uma questão econômica, no sentido de que a riqueza está sendo apropriada através de *copyright* e patentes, e também na medida em que tais ações podem restringir o compartilhamento e o livre uso de informações necessárias para o desenvolvimento econômico, a inovação científica e tecnológica e a diversidade cultural.

Guattari e Negri (1987) propõem uma agenda que crie condições para a renovação permanente das atividades humanas e da produção social, através de processos de singularização, de auto-organização e de autovalorização. Só a re-apropriação do trabalho - enquanto atividade livre e criadora, enquanto transformação das relações entre sujeitos, e a revelação das singularidades individuais e coletivas - esmagadas, bloqueadas, constrangidas - geram novas relações de desejo para inverter a situação presente. O trabalho pode ser libertado, pois ele é um modo de ser do homem que tende ao coletivo e ao solidário.

O que está em questão, afirmam Guattari e Negri (1987), é a capacidade das comunidades, dos grupos sociais e das minorias de todo tipo, para conquistar uma expressão autônoma. Trata-se de acumular outro capital - o da inteligência coletiva - capaz de orientar as singularidades para fora da ordem do serial e do unidimensional do capitalismo. Trata-se de avançar os processos de emergência e de amplificação das iniciativas libertadoras, em outras palavras, de uma reconquista do domínio sobre o tempo de produção, que é fundamental ao tempo da vida.

Um ponto primordial na agenda de mudança social, aposta Guattari (1990), é fazer as sociedades capitalistas da era da “mídia” transitarem em direção a uma era “pós-mídia”,

assim entendida como uma re-apropriação dos meios de comunicação por uma multidão de grupos-sujeito, capazes de geri-la numa via de re-singularização e heterogênesa. Entre os fatores que apontam para esta possibilidade está a mutação tecnológica dos meios de comunicação, em particular a sua miniaturização, a diminuição do seu custo e seu uso potencial para fins não capitalistas.

A produção de novas formas de subjetividade coletiva, capazes de gerir segundo finalidades não capitalistas as revoluções da informática, da comunicação, da robótica e da produção difusa, não constitui de modo algum uma utopia. Ela inscreve-se na encruzilhada do presente histórico, como um dos seus desafios primordiais. Depende da capacidade da humanidade de se libertar dos seus antigos campos de inércia para transpor o muro dos saberes e dos poderes adjacentes às velhas estratificações sociais (GUATTARI; NEGRI, 1987).

O imaginário da libertação começa então a poder se sobrepor e se impor às ficções dominantes. As suas linhas de sensibilidades coletivas, as suas novas suavidades e doçuras, as suas capacidades de conjugar as preocupações mais imediatas com as mais amplas dimensões sociais, demonstram que as figuras emergentes da produção não são as inimigas do desejo, da liberdade e da criatividade, mas sim da organização capitalista do trabalho para o lucro. São os valores do desejo que devem qualificar e orientar a produção, e não o inverso.

Torna-se cada vez menos legítimo que as retribuições financeiras e de prestígio das atividades humanas socialmente reconhecidas sejam reguladas apenas por um mercado fundado na acumulação privada de riquezas. O que condena o sistema de valor capitalista é seu caráter de equivalente geral, que aplaina todos os outros modos de valorização, os quais ficam assim alienados à sua hegemonia. A isso convém opor e sobrepor instrumentos de valorização fundados nas produções existenciais que não podem ser determinadas em função unicamente de um tempo de trabalho abstrato, nem de um lucro capitalista esperado (GUATTARI, 1990).

O que permite o dismantelamento da produção de subjetividade capitalista é que a re-apropriação dos meios de comunicação se integre em um agenciamento de enunciação que tenha uma micro-política e uma política no campo social. Uma “comunidade virtual” ou uma rádio-livre só interessam se vinculadas a grupos de pessoas que querem mudar sua relação com sua vida cotidiana, que querem mudar a relação que estabelecem

entre si no processo de produção, e que querem desenvolver uma nova sensibilidade (GUATTARI, 1986).

Negri (2003), quando fala de antipoder, fala de três coisas: 1) resistência contra o velho poder, 2) insurreição e 3) poder constituinte de um novo poder. A resistência se sabe com precisão o que é, uma vez que na vida cotidiana a maioria das pessoas a exerce. Nas atividades produtivas, contra o patrão; nas atividades de reprodução social, contra as autoridades que regulam e controlam a vida; na comunicação social, contra os valores e os sistemas que fecham a experiência e a linguagem na repetição e os empurram para a ausência de sentido. A resistência interage duramente, mas também criativamente, com o comando capitalista, em todos os níveis da vida social vivenciada.

O poder constituinte é a potência de configurar a inovação que a resistência e a insurreição produzem, e de lhe dar forma histórica adequada, nova e eficaz. Se a insurreição obriga a resistência a se tornar inovação (e expressa a produtividade que irrompe do trabalho vivo), o poder constituinte dá forma a essa expressão. Se a insurreição é uma arma que destrói as formas de vida do inimigo, o poder constituinte é a força que organiza positivamente novos esquemas de vida e de gozo da vida (NEGRI, 2003).

3 COMPARTILHAMENTO DE INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO COLABORATIVA

Quando se pensa a informação, é fundamental observar o seu caráter perspectivo nas sociedades atuais. A informação está sempre inscrita numa configuração histórica de relações entre diferentes interesses. A informação expressa interações entre pessoas ou grupos em contextos históricos, quando são desiguais as condições de sua produção, intermediação e uso. As desigualdades nos processos de informação e de comunicação produzem e reproduzem características importantes da subjetividade sempre atualizada. Se a sociedade da informação é o ambiente de abundância informacional, a tecnologia é o instrumento que permite potencializar a produção, o acesso e o uso da informação e conectar as pessoas aos processos e produtos subjetivos. As tecnologias permitem intensificar a produção, a disseminação e o uso de informação. As mudanças produzidas por estas intensificações tecnológicas podem liberar potencial humano e social (CASTELLS, 2001).

González de Gómez (2002) comenta que os padrões de infra-estrutura de informação e comunicação produzem nas redes um primeiro plano de zoneamento discursivo, dentro do qual são facilitadas certas relações e ocorrências semânticas, enquanto outras são dificultadas. Pensar nas conseqüências da escolha de um sistema Windows ou Linux em uma grande rede de comunicação computadorizada é exemplo do caráter regulador dos padrões tecnológicos, que interferem como micro-políticas tácitas sobre os processos de informação e de comunicação.

A estrutura e a organização das redes de comunicação são condições essenciais para a produção no desenvolvimento informacional do capitalismo. A novidade da infra-estrutura de informação é o fato de que ela está embutida nos novos processos de produção e lhes é totalmente imanente. Nas formas de produção atuais a informação e a comunicação são as verdadeiras mercadorias produzidas; e a rede, em si, é o lugar tanto da produção quanto da circulação (HARDT; NEGRI, 2003).

A Internet é um exemplo de rede potencialmente democrática: um número indeterminado e potencialmente ilimitado de nós, interconectados, comunica-se sem um ponto central de controle; cada nó, independentemente de localização territorial, se conecta a todos os demais através de uma imensa quantidade de rotas e relés. A Internet não tem centro e qualquer pedaço pode operar de modo autônomo. Como nenhum ponto da rede é necessário para que outros pontos se comuniquem, é difícil regular ou proibir a comunicação na Internet. Esta estrutura em rede não-hierárquica e não-centralizada é aquilo que Deleuze e Guattari (1995) chamam de “rizoma”.

As redes mudam a realidade social, e ao mesmo tempo, correspondem a novas condições e modos de pensar. O que se percebe na proliferação das redes é um exemplo do fenômeno geral de correspondência formal entre as mudanças na realidade social e nos modos de pensar. Todo pensamento pertence, como se estivesse impresso, a um contexto histórico-social específico, e os domínios do pensamento e dos elementos da realidade social são isomórficos e mudam de modo isomórfico. É a esse aspecto que se refere Foucault quando emprega o termo diagrama para indicar a configuração comum das instituições clássicas e modernas. A rede é o diagrama da nossa época (NEGRI, 2003).

A nova organização do trabalho e o renovado modo de produção capitalista têm por base aquilo que há de mais comum na vida dos homens: a linguagem. A linguagem é o

modelo mais rarefeito, embora mais intenso, da economia. O comum lingüístico é continuamente reproduzido e enriquecido pelo trabalho vivo. Estamos no ponto mais significativo das novas tecnologias de informação e comunicação e da aplicação da engenharia do conhecimento e da informação (NEGRI, 2003).

A hegemonia do trabalho imaterial cria relações comuns e formas sociais comuns de um modo mais pronunciado do que nunca. Naturalmente, cada forma hegemônica de trabalho cria elementos comuns. Os produtos do trabalho imaterial são imediatamente sociais. A produção de comunicação, de relações afetivas e de conhecimento é capaz de expandir diretamente o campo de compartilhamento. Assim, casos singulares de processos de trabalho, condições produtivas, situações locais e experiências vividas coexistem com um “dever comum” – que tende a reduzir as divisões na qualidade do trabalho e é condição para a política da multidão (HARDT; NEGRI, 2005).

Negri (2003) enuncia o conceito de multidão como aquele conjunto de singularidades, onde por conjunto se considera a comunidade de diferenças e onde as singularidades são concebidas como produção de diferenças. A multidão é o reconhecimento de que, por trás das identidades e diferenças, pode existir “algo comum”, isto é, “um comum”, sempre que ele seja entendido como proliferação de atividades criativas, relações ou formas de associação diferentes.

A multidão é o “movimento dos movimentos”, como uma re-configuração dos processos de organização dos sujeitos democráticos capazes de expressar potência política. A definição de multidão como limite da relação de capital e da soberania significa pensar na constituição do trabalho como cooperação, da força-trabalho imaterial como tendência, dos processos de tendência da força-trabalho imaterial em direção a uma hegemonia sobre todo o modo de produção. Trata-se de abrir o discurso sobre as linhas estratégicas e táticas que se seguem à afirmação dessa hegemonia (NEGRI, 2003).

Hardt e Negri (2005) observam que a multidão não é fragmentária, anárquica ou incoerente. Assim, o conceito de multidão deve ser contrastado com outros que designam entidades coletivas plurais, como a turba e as massas. Como as pessoas e grupos que constituem a turba são incoerentes e não identificam elementos compartilhados, suas diferenças mantêm-se inertes e pode facilmente parecer um agregado indiferente. Os componentes das massas não são singularidades – o que fica

evidente pelo fato de que suas diferenças facilmente se esvaem na indiferença do todo. Além disso, na turba e na massa os sujeitos sociais são fundamentalmente passivos, no sentido de que não são capazes de agir por si mesmos, precisando ser conduzidos. A turba pode ter efeitos sociais, mas não é capaz de agir por conta própria e torna-se suscetível à manipulação externa. A multidão designa um sujeito social ativo que age com base no que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente cuja constituição e ação não se baseia na identidade, mas naquilo que tem em comum.

A multidão produz em comum. O que ela produz é comum, e o comum que compartilha serve de base para a produção futura, numa relação expansiva em espiral. Isto pode ser mais facilmente entendido em termos do exemplo da comunicação como produção: só se pode comunicar com base em linguagens, símbolos, idéias e relações compartilhadas, e os resultados da comunicação constituem novas imagens, símbolos, idéias e relações comuns. Essa relação entre a produção e o comum é fundamental para compreender as atividades sociais e econômicas (HARDT; NEGRI, 2005).

O comum não se refere a noções tradicionais de comunidade ou de público, baseia-se na comunicação entre singularidades e se manifesta através dos processos sociais colaborativos de produção. Enquanto o individual se dissolve na unidade da comunidade, as singularidades não se vêem tolhidas, expressando-se livremente no comum. As decisões de determinarem direitos são tomadas nos processos de comunicação e colaboração entre singularidades (HARDT; NEGRI, 2005).

Ao transformar antigos métodos de organização, gestão e acesso à informação, o processo de digitalização impulsiona a prática do compartilhamento, observa Prado (et al., 2005), em que o surgimento da cópia extremamente fiel à obra original se mostra como principal característica trazida pelos computadores e suas unidades de informação dispostas em zeros e uns. Destaque-se ainda a possibilidade de disseminação veloz de arquivos compactos de excelente qualidade de reprodução tanto de áudio quanto de imagem.

Neste contexto as novas dinâmicas parecem surgir do compartilhamento acelerado de informações, substituindo o modo de transmissão unidirecional por relações em rede. São muitos os processos de incremento das produções coletivas e de questionamento dos antigos modos de mediação e de oferta de informação, a partir do uso cada vez mais

freqüente de ferramentas de compartilhamento no mundo digital. O compartilhamento de arquivos digitais em redes ponto-a-ponto (P2P) corresponde a mais de 60% do atual uso da Internet (CACHELOGIC RESEARCH, 2005).

Cabe destacar ainda as plataformas de produção colaborativa aberta, como o Wiki (rápido, no idioma havaiano), que fomentam a criação e a edição coletiva dos conteúdos. É por causa dos interesses “não-capitalistas” que pessoas em todo o mundo decidem dedicar parte substancial de seu tempo para, por exemplo, redigir ou aprimorar um verbete da Wikipédia. Muitos fazem isso porque consideram esta atividade divertida, outros o fazem porque acreditam estar retribuindo conhecimento à sociedade, e outros ainda porque querem se sentir parte de uma iniciativa global que pode beneficiar diretamente centenas de milhares de pessoas.

A criação de redes autônomas de interesse público, para manutenção de arquivos e de informação disponíveis ou para assegurar a infra-estrutura de compartilhamento veloz, vem contribuindo para a disseminação de novos códigos éticos, necessários às mudanças de comportamento para formas colaborativas de produção, inteligentes e generosas, resultando em uma rede de voluntários que atuam no suporte e na manutenção desta infra-estrutura de informação e comunicação dentro e fora da Internet (PRADO et al., 2005).

As tecnologias digitais potencializam as novas relações sociais de produção. Os softwares livres operam por uma lógica de uso que criam dinâmicas particulares de produção e regras próprias de circulação de produtos, bem como muda o comportamento em relação aos meios de comunicação. A grande inovação está na organização do trabalho em uma rede aberta e nas licenças públicas e criativas que funcionam como mecanismos de proteção e expansão da rede.

Prado et al. (2005) enfatizam dois aspectos da dimensão dinâmica do software livre: 1. desenvolvimento colaborativo e relação de uso ativo que pressupõe aprendizado; 2. re-significação e re-fundação das relações de trabalho sob outros mecanismos de motivação que apontam para uma outra ecologia do virtual. Prado et al. (2005) destacam ainda, dentro do desenvolvimento colaborativo e da relação ativa de uso, a dimensão comunicativa dos fóruns e canais criados para essa comunicação e, conseqüentemente, para a produção.

O desenvolvimento de software livre cria espaços comuns de comunicação e de

produção colaborativa entre pessoas de culturas e origens diferentes. A multiplicidade de perspectivas e de contextos culturais reflete-se no processo de produção. Nas relações capitalistas, os agenciamentos acontecem em torno do capital e visam à produção de valor de troca. Nas redes horizontais, os agenciamentos se dão em torno de interesses coletivos que visam produzir outros valores. No primeiro caso, o trabalho está em competição, e no segundo, está em colaboração e generosidade (PRADO et al., 2005).

As relações colaborativas entre produtores e usuários são horizontais, diferindo das relações entre produtores e consumidores do capitalismo industrial. As redes horizontais de produção colaborativa são processos sociais criativos, e não estão focadas nos valores capitalistas dos seus produtos. Observa-se a reciprocidade do “sistemas de dádivas” descrita pelo antropólogo Mauss. A retribuição não é a contrapartida “necessária” e racionalmente calculada. O usuário da informação pode retribuir com um “muito obrigado” e este gesto pode ser considerado gratificante por quem a produziu (PRADO et. al., 2005).

Existe atualmente uma infinidade de iniciativas de produção colaborativa em todo mundo, fundadas em estruturas abertas como a do software livre, onde qualquer interessado pode participar. Isso denota uma nova forma de organização produtiva e funda organizações que se contrapõem aos conceitos capitalistas industriais. Inspiradas no software livre, as formas de produção colaborativas criam novos modos de organização social e econômica, com impacto profundo nas formas de produção e organização do conhecimento, da informação e dos bens culturais.

Barbrook (2003) afirma que a sociedade da informação que está surgindo reproduz o processo de colaboração dos cientistas e pesquisadores que criaram a Internet. Pensando na rede para seu uso, eles inventaram uma forma de comunicação mediada por computador para compartilhar conhecimentos dentro de um espaço virtual único: a “câmara dos comuns intelectual”. O consumo passivo de peças fixas de informação se transforma em processo participativo de “criatividade interativa”.

Quando a Internet se propaga para fora da universidade e dos centros de pesquisa, os novos usuários descobrem rapidamente os benefícios de compartilhar informações e conhecimentos. As possibilidades tecnológicas da rede estão, por exemplo, revolucionando a economia da produção musical. O formato MP3 não apenas torna

muito fácil a cópia musical e sua disseminação através das redes P2P, mas também mudam a produção e a cultura de uso. Estimulam-se os usuários a fazerem seus próprios sons e aparece a participação interativa na composição musical (LIMA; SANTINI, 2005).

O que começa no interior da ciência e da pesquisa agora está transformando outras formas de expressão cultural. Atualmente, quase toda causa política, organização cultural, hobby popular ou obsessão privada estão presentes na Internet. Seja por trabalho ou por prazer, as pessoas estão criando e mantendo *websites*, comunidades virtuais, listas de discussão e salas de bate-papo. Assim, todos os usuários da rede podem participar na economia da dádiva. A “câmara dos comuns intelectual” da rede continua a se expandir em progressão geométrica (BARBROOK, 2003).

Barbrook (2003) advoga pelo desaparecimento do direito autoral, na forma de *copyright*, e a regulação da informação de modo libertário: o *copyleft*. Os produtores devem conservar sua capacidade de evitar que a autoria do seu trabalho seja reivindicada por outros, mas todos devem ser autorizados a copiar e a usar livremente as informações segundo seus interesses e propósitos. Assim, liberdade de expressão é liberdade de não se submeter à forma compulsória de mercadoria.

É perfeitamente possível imaginar a total dispensa da proteção legal do *copyright*, tornando as idéias, a música, as imagens e os textos livres e acessíveis a todos. Pode ser necessário encontrar outros mecanismos para compensar a criatividade dos autores, artistas e cientistas, mas não há motivo para presumir que a criatividade depende da promessa de “grandes lucros”. A proposta de redução do controle político e econômico não visa apenas facilitar o acesso aos bens, mas também liberar a inovação e o desenvolvimento econômico (HARDT; NEGRI, 2005).

As formas colaborativas de produção, disseminação e uso de informação, particularmente aquelas que usam a Internet, requerem novos enfoques da propriedade intelectual e do direito autoral. A produção colaborativa pode se construir sobre a “licença de uso” para usar e recriar livremente produções anteriores, sem autorização prévia específica. Fundam-se assim novos modos de produção e comunicação, colaborativos, que rompem com as formas capitalistas de organização das forças produtivas.

No contexto colaborativo, a propriedade intelectual de quaisquer dos produtos

“intermediários” impede a continuidade do processo criador, e não apenas a sua apropriação universal por usuários. As licenças criativas correspondem à demarcação da autoria (direito moral), mas não reproduzem a forma de “caixa preta” das mercadorias capitalistas. As licenças criativas convidam à participação no processo, e não à mera escolha entre produtos no “mercado” de informações e de bens culturais.

Uma iniciativa de regulação autônoma das formas de produção e uso de sistemas e conteúdos é concebida por Lessig (2005): o Creative Commons – CC. O CC tem por finalidade desenvolver licenças que possam ser usadas por qualquer pessoa ou organização, para que seus trabalhos possam ser disponibilizados para uso, cópia e/ou recriação. A criação de uma rede de produtores e usuários de sistemas e conteúdos permite que se compartilhem seus trabalhos pela Internet.

O Creative Commons cria a opção de um meio termo legal entre “todos os direitos reservados” dos contratos de direito autorais tradicionais e o domínio comum, onde artistas e autores podem escolher como e o quanto desejam autorizar uso, a cópia e recriação de suas obras. A iniciativa tem como finalidade principal discutir e construir o domínio comum das obras. A proposta de Lessig (2005) é mobilizar produtores e usuários de conteúdos na construção deste domínio comum e demonstrar a sua importância na produção cultural.

Hardt e Negri (2005) comentam que se pode dizer que o Creative Commons é apenas uma complementação das atuais leis de direitos autorais, atendendo àqueles que não querem suas restrições, mas na realidade esta opção constitui um poderoso agente de mudança. Seu exemplo adverte para a inadequação dos sistemas de *copyright* e de patentes e clama por uma mudança. A mudança social pode se basear na recuperação ou na criação do comum. Não se trata de retornar ao público, a mediação estatal, mas criar o comum.

As formas de trabalho imaterial dependem das redes comunicativas e colaborativas compartilhadas, e produzem novas redes de relações intelectuais, afetivas e sociais. Essas formas de trabalho apresentam novas possibilidades de autogestão econômica, pois os mecanismos de cooperação necessários para a produção estão contidos no próprio trabalho. Pode-se ver que esse potencial se aplica também a auto-organização política e social.

Quando os produtos do trabalho são bens imateriais, como as relações sociais, as redes

de comunicação e as formas de vida, torna-se claro que a produção econômica implica imediatamente uma forma de produção política, ou a produção da própria sociedade. Assim como a multidão produz em comum, e produz o comum, pode também produzir decisões políticas. A própria produção comum da multidão produz a organização política da sociedade (HARDT; NEGRI, 2005).

A multidão organiza-se como uma linguagem. Todos os elementos de uma linguagem são definidos por suas diferenças em relação uns aos outros, e, no entanto, todos eles funcionam uns ao lado dos outros. Uma linguagem é uma rede flexível de significações que se combinam de acordo com as normas aceitas numa infinidade de composições possíveis. Uma expressão específica é não apenas a combinação de elementos lingüísticos, mas a produção de significados reais: a expressão dá nome a um acontecimento. Assim como a expressão surge da linguagem, a decisão política surge da multidão. A multidão é uma linguagem capaz de expressar a si mesma, isto é, um sujeito ativo.

Hardt e Negri (2005) afirmam que se pode entender a capacidade política e social da multidão em analogia ao desenvolvimento colaborativo dos programas de computador e as inovações do movimento em favor do código-fonte aberto. Portanto, uma forma de entender a democracia da multidão é: uma sociedade de códigos-fonte abertos, ou seja, uma sociedade cujo código-fonte é revelado, para que todos possam trabalhar em cooperação na solução de seus problemas e na criação de novas e melhores ações e organizações sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo informacional produz novas relações entre as formas de organização social e de produção econômica com as tecnologias de informação e comunicação. A produção econômica capitalista atual centraliza os bens imateriais – a informação em primeiro lugar. O trabalho imaterial corresponde à forma prevalente nos processos de produção atual, em que os principais produtos são imateriais - informações, conhecimentos e bens culturais.

Cabe observar que a mutação capitalista traz consigo novas formas de resistência e de organização social. A capacidade política da multidão pós-industrial e pós-moderna pode ser entendida como análoga ao desenvolvimento colaborativo de *softwares* livres e

as inovações do movimento em favor do código-fonte aberto. A combinação do código aberto com as licenças criativas pode garantir processos de produção colaborativa.

A questão é fazer do mundo uma sociedade de códigos-fonte abertos, ou seja, uma sociedade cujo código-fonte é revelado, para que todos possam trabalhar em cooperação na solução de problemas e na criação de novas e melhores ações e organizações sociais. As formas colaborativas de produção são particularmente importantes para singularizar subjetividades e produzir modos autônomos de vida.

REFERÊNCIAS

BARBROOK, R. A regulamentação da liberdade: liberdade de expressão, liberdade de comércio e liberdade de dádiva na rede. In: COCCO, G.; GALVÃO, A. P.; SILVA, G. (orgs.). **Capitalismo cognitivo: trabalho, redes e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CACHELOGIC RESEARCH. **Peer-to-Peer in 2005**. Disponível em: http://www.cachelogic.com/home/pages/studies/2005_01.php. Acesso em: 17 jan. 2007.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e as outras falas**. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 1. Rio de Janeiro: 34, 1995.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. e org. de Roberto Machado. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

GONZALEZ DE GOMEZ, M.N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v.31, n.1, p.27-40, jan. 2002.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

_____. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GUATTARI, F.; NEGRI, T. **Os novos espaços de liberdade**. Lisboa: Centelha, 1987.

HABERMAS, J. **Diagnóstico do tempo**: seis ensaios. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HARDT, M.; NEGRI, T. **Império**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LAZZARATO, M.; NEGRI, T. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEMOS, R. O Creative Commons e as transformações da propriedade intelectual. In: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (orgs.). **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

LESSIG, L. **Cultura livre**: como a grande mídia usa a tecnologia e a lei para bloquear a cultura e controlar a criatividade. São Paulo: Trama, 2005.

LESSIG, L. **The people own ideas**. Disponível em: <http://www.lessig.org/blog/archives>. Acesso em: 21 ago. 2006.

LEVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: 34, 1999.

LIMA, C.R.M.; SANTINI, R.M. **MP3**: música, comunicação e cultura. Rio de Janeiro: Epapers, 2005.

MARTELETO, R.M. Confronto simbólico, apropriação do conhecimento e produção de informação nas redes de movimentos sociais. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v.2, n.1, fev. 2001.

MCLUHAN, M. **A galáxia de Gutenberg**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MIRANDA, A. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, Brasília: IBICT, v.29, n.2, p.78-88, maio/ago. 2000.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

NEGRI, T. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DPA, 2003.

PELLANDA, N.M.C. et al. (org.). **Inclusão digital**: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PRADO, C.; CAMINATI, F.; NOVAES, T. Sinapse XXI: novos paradigmas em comunicação. In: BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C.; TOME, T. (orgs.). **Mídias digitais**: convergência tecnológica e inclusão social. São Paulo: Paulinas, 2005.

SANTINI, R.M. **Admirável chip novo**: a música na era da Internet. Rio de Janeiro:

Epapers, 2005.

STALLMAN, R. O projeto GNU. **DataGramZero**; Revista de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, n.1, fev. 2000.

TORVALDS, L.; DIAMOND, D. **Just for fun**: the story of an accidental revolutionary. [s.l.]: Harper Business, 2001.

WERTHEIN, J. A Sociedade da Informação e seus desafios. **DataGramZero**; Revista de Ciência da Informação. Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 71-22, maio/ago. 2000.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ABSTRACT

In this work there are reviewed, organized and discussed concepts and strategies around the collaborative production forms in the information society, particularly those related with the immaterial labour and the information sharing. The capitalism in its way of informational development produces changes in the relationships between the social forms of production and the technologies of information and communication. The current capitalist production centralizes the immaterial goods - the information in first place. Information sharing is part of production process and, at the same time, its main product. Sharing makes possible the construction of intelligent and solidary organization manners, and "no-capitalists" production manners. Sharing produces the common, in common. It grows up a dense sphere of the common, base for an incessant re-creation. It is ended that collaborative production forms are particularly important for single out the subjectivities and to produce autonomous manners of life.

KEYWORDS: Information society. Immaterial labour. Information sharing. Collaborative production.

Originais recebidos em 14/11/2006

Texto aprovado em 15/03/2007